

PELOS DIREITOS, PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

5 **Abri** **CONCENTRAÇÃO**
2013 **nacional**



LISBOA - 10h30

MOÇÃO REIVINDICATIVA

No âmbito do plano de privatização desenhado pelo Governo PSD/CDS-PP, a Administração da *holding* estatal Águas de Portugal tem assumido um papel de charneira, tudo fazendo para impor a desregulamentação laboral nas empresas do grupo, fugindo às negociações do Acordo Colectivo de Trabalho em mesa directa com o sindicato, recusando a negociação de AEs específicos nas empresas, e fugindo à resolução dos problemas apresentados pelos trabalhadores em Cadernos Reivindicativos.

Com o processo de verticalização dos sistemas no Sector das Águas, os trabalhadores hoje ao serviço das autarquias passarão a trabalhar para a Águas de Portugal, só podendo desempenhar as mesmas funções em empresas do Grupo AdP em cedência de interesse público ou, no limite, por desvinculação da entidade empregadora pública onde prestam serviço e celebração de contrato com a nova empresa, sendo em qualquer caso obrigatório o respeito pelos direitos adquiridos e pela antiguidade destes trabalhadores ao serviço das autarquias, na prestação destes serviços públicos essenciais às populações.

Simultaneamente a Administração do Grupo ataca a contratação colectiva existente nas empresas da EGF, preparando assim o caminho para a privatização anunciada do Sector dos Resíduos da Águas de Portugal.

Constantemente atropela os Acordos de Empresa em vigor na AMARSUL e na VALORSUL, desrespeitando cláusulas livremente acordadas entre as partes, chegando ao ponto de não aplicar o AE da VALORSUL a todos os trabalhadores ao serviço desta empresa.

Com estas e outras práticas semelhantes, a Águas de Portugal finge esquecer-se que é uma *holding* estatal e como tal tem como obrigação primeira em todas as suas práticas o pleno respeito pela legalidade democrática de um Estado em cujo Sector Empresarial se insere.

Legalidade democrática que se traduz não apenas numa obrigação acrescida de respeitar o trabalho e o direito ao trabalho com direitos, no pleno respeito da Constituição, da Lei e das Convenções colectivas outorgadas, mas ir ainda mais além e cumprir a obrigação incumbida ao Estado de promover a contratação colectiva para que esta possa abranger o maior número possível de trabalhadores e empregadores.

É ainda sua obrigação tudo fazer para continuamente melhorar a qualidade dos serviços públicos essenciais que presta, garantindo acima de tudo que o princípio do acesso universal a estes serviços nunca é posto em causa.

Ao invés, as Administrações das várias empresas, seguindo claras instruções da Administração do Grupo, agem como procuradores de interesses privados, nacionais e estrangeiros, tudo fazendo para prepara o caminho para a privatização destes sectores essenciais.

Perante o quadro negro que o Governo e a Administração da Águas de Portugal têm vindo a desenhar, de privatização de sectores essenciais para a economia portuguesa, de total desrespeito pelos direitos e garantias dos trabalhadores, constitucionais, legais e convencionais, a Concentração Nacional dos Trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, sob o lema “*Pelos Direitos, Pela Contratação Colectiva*”:

- Exige o respeito pelos direitos dos trabalhadores, conquistados ao longo de décadas de luta e consagrados *na Constituição, na Contratação Colectiva e na Lei*, assegurando o *direito fundamental ao trabalho com direitos*, no pleno respeito da dignidade humana e nomeadamente:
 - O pleno respeito pelo direito à contratação colectiva, com a negociação em mesa directa dos Acordos Colectivos de Trabalho para os sectores da água e dos resíduos das empresas do Grupo Águas de Portugal;
 - O cumprimento dos compromissos assumidos aquando da integração da RESIOESTE na VALORSUL e, nomeadamente, em relação à aplicação do AE em vigor nessa empresa a TODOS os trabalhadores;
 - O cumprimento integral de todos os Acordos de Empresa em vigor em empresas do Grupo Águas de Portugal, nomeadamente, dos AEs da AMARSUL, EPAL e VALORSUL;
 - O respeito pelos órgãos representativos dos trabalhadores e nomeadamente, o cumprimento do direito à informação às estruturas representativas dos trabalhadores, contra a falta de transparência e o abuso dos direitos laborais.
- Exige o direito à valorização salarial e o pleno cumprimento do direito ao desenvolvimento da carreira ao longo da vida profissional, pela dignificação profissional dos trabalhadores:
 - Um salário mínimo de 663 € para os trabalhadores ao serviço de qualquer empresa do grupo e regalias sociais iguais para todos os trabalhadores;
 - O direito ao local de trabalho contra tentativas de mobilidade geográfica impostas a régua e esquadro por propostas de fusão de empresas megalómanas;
 - O cumprimento dos horários de trabalho e dos períodos normais de trabalho e o pleno respeito pelas normas de segurança e saúde no trabalho;

- A negociação dos cadernos reivindicativos apresentados nas empresas do grupo bem como a resolução das inúmeras questões laborais que têm vindo a ser levantadas ao longo dos anos e que ainda se encontram sem resposta adequada.
- Prossegue a luta em defesa dos postos de trabalho nas empresas do grupo, contra a privatização anunciada da EGF e mal escondida das empresas do Sector das Águas e a venda ao desbarato de vasto património, resultado de anos de investimentos públicos;
- Exige o respeito pelo direito das populações a serviços públicos de qualidade, assentes nos princípios da distribuição solidária dos seus custos, numa perspectiva à escala nacional que contribua para a diminuição das assimetrias regionais e para a fixação das populações, independentemente da localização geográfica das mesmas.

E decide:

- ✓ Desenvolver todas as formas de luta que se mostrem adequadas à concretização de processos de contratação colectiva que garantam o reforço e efectivação do direito ao emprego e ao emprego com direitos, a salários justos e a condições de vida dignas para todos os trabalhadores ao serviço das empresas do grupo Águas de Portugal;
- ✓ Lutar sem tréguas contra toda e qualquer tentativa de privatização, mantendo os sectores da água e dos resíduos na esfera pública, sujeita ao controlo democrático das populações e dos órgãos do Poder Local Democrático criado pela Constituição de Abril, na defesa intransigente de serviços públicos essenciais;
- ✓ Saudar e apoiar activamente em todos os distritos a “Marcha Contra o Empobrecimento – Pela Mudança de Políticas e de Governo”, promovida pela CGTP-IN e a decorrer entre os dias 6 a 13 de Abril;
- ✓ Participar activamente nas comemorações do 25 de Abril e, em particular, do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, exigindo uma mudança de políticas e de governo que promova o direito ao trabalho com direitos e o futuro do País.

A Concentração Nacional de Trabalhadores do Grupo Águas de Portugal

Lisboa, 5 de Abril de 2013